



Em  Sociedade

DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios e potencialidades contemporâneas

Maria Carolina Tomás

Este dossiê nos convida a refletir sobre diferentes aspectos das desigualdades sociais no Brasil e sua interlocução com as políticas públicas. As desigualdades permeiam todas as áreas da vida social e são comumente associadas a características dos indivíduos, como raça, gênero e classe social. No entanto, é fundamental lembrar que essas características representam grupos, em que suas características foram positiva ou negativamente atribuídas socialmente. A posição social dos indivíduos dentro desses grupos determina a intensidade com que são atingidos por forças hierárquicas que, historicamente, colocam negros, mulheres e pessoas de baixa renda em posições inferiores. Como resultado, esses grupos têm acesso diferenciado a recursos, oportunidades e direitos fundamentais, e suas trajetórias são marcadas por desafios que dificultam a quebra do ciclo intergeracional de desigualdade.

As desigualdades entre os grupos sociais são analisadas por meio de indicadores relacionados à escolaridade, saúde, mercado de trabalho, entre outros. Em todas as esferas, observa-se uma tendência de piores resultados para a população de baixa renda, negra e para as mulheres, com algumas exceções, como em alguns resultados educacionais em que as mulheres



têm desempenho superior ao dos homens. É crucial que as análises ultrapassem a consideração isolada de uma característica, reconhecendo a importância das interseccionalidades. A abordagem interseccional entende que uma esfera (gênero) é atravessada por outras desigualdades (raça, idade, classe entre outros), o que não significa que há hierarquia entre as desigualdades, mas uma interseção e interação entre elas.

Ser uma mulher negra não é o mesmo que ser um homem negro ou uma mulher branca; cada combinação de características, como raça, gênero e classe social, configura localizações distintas na esfera social, com forças que atuam de maneira diferente e em intensidades variadas. Por exemplo, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2023, o desemprego das mulheres é 53,3% maior que o dos homens. Utilizando esses dados, o projeto Mude com Elas apresenta análises considerando gênero, raça e idade e encontra que as jovens mulheres negras, entre 14 e 29 anos, registraram, em 2023, uma taxa de desemprego de 18,3%, enquanto os homens brancos tiveram uma taxa de 5,1%. A pesquisa ressalta que a informalidade também atinge mais as jovens negras (14 a 29 anos), já que 44% delas tinham carteira assinada, porcentagem similar a dos jovens negros (43,3%), enquanto o percentual é de 50,3% para jovens brancos e 49,8% para jovens brancas. A escolaridade dos jovens entre 18 e 24 anos é outro indicador importante. Segundo o IBGE, em 2023, entre os brancos nesta faixa etária, 36,5% estavam estudando, enquanto entre os jovens pretos e pardos essa taxa era de 26,5%. Ademais, o diploma de graduação já havia sido obtido por 6,5% dos jovens brancos, enquanto entre os pretos e pardos na mesma faixa etária, essa proporção era menos da metade: 2,9%. Esses indicadores são exemplos de desigualdades entre os grupos e demonstram a importância de se considerar a interseccionalidade entre raça, gênero e idade. A análise dessas desigualdades é importante tanto para um diagnóstico e entendimento das dinâmicas da sociedade que são resultado de um processo histórico e político, quanto para se identificar mudanças ao longo do tempo e para se pensar políticas públicas. Alguns artigos dessa coletânea têm como foco a análise de desigualdades entre grupos sociais, com relação ao mercado de trabalho, à escolaridade e às crianças e adolescentes.

A desigualdade em nível agregado é frequentemente associada à distribuição de renda. Em 2023, de acordo com o IBGE, apesar do aumento do rendimento médio domiciliar per capita em todos os estratos, a desigualdade permaneceu acentuada no país – o 1% da população do país com maior rendimento domiciliar tinha um rendimento médio equivalente a 39,2 vezes o rendimento dos 40% da população de menor renda. Embora seja um dado que revela uma alta



desigualdade de renda, nota-se que é a menor dos últimos anos. O índice de Gini do rendimento mensal real domiciliar per capita manteve-se em 0,518, o menor da série histórica e o mesmo valor de 2022. O Gini mais alto da série (0,545) ocorreu em 2018 (IBGE, 2023). Ainda assim, ressalta-se que a estrutura de renda do país é baixa, com 29,6% dos brasileiros vivendo em famílias com renda inferior a meio salário-mínimo mensal (FGV, 2023). Ademais, é importante considerar não apenas renda, mas o acesso da população à infraestrutura adequada, como energia elétrica, rua pavimentada e saneamento básico, importantes indicadores de desigualdades, bem-estar e qualidade de vida. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a energia elétrica estava presente em 99,8% dos domicílios do país, uma cobertura praticamente universal, fosse pela rede geral ou por fonte alternativa. Por outro lado, cerca de 37,5% da população brasileira não tinham acesso a saneamento básico, que é um serviço que demanda maiores custos. Em 2022, 97,8% da população tinham, no mínimo, um banheiro de uso exclusivo e a coleta direta ou indireta de lixo atendia a 90,9% da população (IBGE, 2023). Esse cenário demonstra que apesar de inúmeros avanços, há ainda desafios a serem enfrentados, esse dossiê também apresenta uma importante discussão sobre saneamento básico no Brasil.

As desigualdades sociais no Brasil são reflexo de uma complexa interação entre fatores históricos, econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, vale ressaltar que dada a extensão territorial e a diversidade econômica e histórica do país, há diferentes regionais relevantes para o entendimento da desigualdade social. Por um lado, há uma congruência em todo o território do lugar social do homem e da pessoa branca, por exemplo, e por outro lado, divergências no acesso à riqueza produzida no país, aos serviços básicos, por exemplo. O combate à persistência dessas desigualdades exige um aparato robusto de políticas públicas, além de mudanças profundas nas estruturas sociais que perpetuam a exclusão e a injustiça. Portanto, é essencial promover o debate sobre os desafios e as potencialidades do cenário atual. Embora a desigualdade entre os grupos sociais e a disparidade de renda ainda sejam persistentes, é possível observar alguns avanços, como, por exemplo, os resultados alcançados com as ações afirmativas no ensino superior e os programas de transferência de renda.

As Ciências Sociais se dedicam a compreender essas desigualdades, discutir possíveis soluções e avaliar as iniciativas existentes. É igualmente importante que o próprio campo das Ciências Sociais reflita sobre a sua contribuição para a reprodução ou redução dessas desigualdades. Neste sentido, o dossiê inicia com o artigo "Desigualdades de Raça e Gênero entre Cientistas Sociais", de Otávio Z. Catelano, Géssica B. de Freitas, Mariana Chaguri e



Marcia Rangel Candido. O estudo investiga as desigualdades de raça e gênero dentro da comunidade acadêmica de Ciências Sociais no Brasil, explorando como essas variáveis impactam as práticas profissionais e demonstrando a necessidade de políticas que promovam maior diversidade e inovação no campo. Este trabalho é essencial para a compreensão das dinâmicas internas de uma disciplina que frequentemente analisa desigualdades na sociedade, mas que também precisa enfrentar suas próprias disparidades.

O segundo artigo, "Prêmios e Penalidades nos Rendimentos Masculinos Associados às Características da Esposa/Parceira: O Papel da Escolaridade e do Trabalho da Mulher", aborda as desigualdades no mercado de trabalho, focando na relação entre as características da esposa ou parceira e os rendimentos masculinos. As autoras Janaína Guiginski, Simone Wajnman e Flávia Chein revelam que a escolaridade da mulher está positivamente associada aos rendimentos masculinos, sugerindo um "capital humano compartilhado". Esta análise contribui para o entendimento das dinâmicas de gênero no mercado de trabalho e das desigualdades salariais, ressaltando a importância de considerar a esfera familiar nos resultados econômicos.

Em seguida, o artigo "Acesso ao Ensino Superior para Estudantes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia", de Patrícia Teodoro de Souza Nascimento, discute os desafios enfrentados por estudantes de Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia para acessar e permanecer no ensino superior. A pesquisa destaca as barreiras históricas, culturais e institucionais que esses estudantes enfrentam, sublinhando a necessidade urgente de fortalecer políticas públicas e ações afirmativas para garantir a conclusão do ensino superior por esses grupos. Este estudo é fundamental para a promoção da equidade educacional em um contexto de expansão do ensino superior.

O artigo "Infraestrutura Escolar e Desempenho dos Alunos: Um Estudo de Caso em Escolas Públicas da RMBH", de autoria de Cecilia Coutinho de Miranda e Flavia Pereira Xavier, explora a relação entre a infraestrutura escolar e o desempenho dos alunos em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O estudo, baseado em entrevistas com diretores, professores e alunos, revela que uma infraestrutura adequada está fortemente associada a melhores resultados acadêmicos, e avança na compreensão de como os recursos escolares podem ser utilizados de forma a maximizar a aprendizagem dos alunos. Este trabalho destaca a importância de políticas educacionais para a educação básica.

Considerando as desigualdades vividas por crianças e adolescentes, Érica Renata Chaves Araújo de Melo, no artigo "Perfil dos Protegidos no Programa de Proteção a Crianças



e Adolescentes Ameaçados de Morte do Estado da Paraíba e sua Relação com a Desigualdade e Estratificação Social no Brasil", analisa um aspecto crucial para o entendimento das diferentes infâncias vividas. O estudo traça o perfil das crianças, adolescentes e jovens protegidos pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte na Paraíba, utilizando uma perspectiva interseccional. A pesquisa revela como fatores como classe, raça e gênero interagem para moldar a experiência de violência letal entre os jovens, refletindo a estratificação e desigualdade social no Brasil. As conclusões destacam a importância de políticas públicas que abordem essas interseções para combater a violência infantojuvenil.

Por fim, Letícia Barbosa Pimentel, no artigo "Desigualdades no Acesso ao Saneamento no Brasil: Revisão Bibliográfica e Apontamentos para uma Agenda de Pesquisa Futura", faz uma revisão da literatura sobre as desigualdades no acesso ao saneamento no Brasil. A autora mapeia os diferentes tipos de desigualdade existentes, analisa as explicações para sua persistência e sugere novas questões de pesquisa diante das recentes mudanças no setor de saneamento. Este texto é uma contribuição relevante, considerando os desafios ainda presentes no Brasil em relação aos serviços de saneamento básico, especialmente ao se considerar as diferenças regionais.

Cada trabalho presente neste dossiê oferece uma análise crítica de diferentes aspectos das desigualdades sociais no Brasil, abordando o papel das políticas públicas como um caminho para reduzir essas desigualdades. Assim, este dossiê contribui para um entendimento mais profundo do cenário do país, considerando trabalhos de diferentes regiões e assuntos diversos (educação, mercado de trabalho, saneamento básico). O dossiê ainda demonstra a pluralidade metodológica para tratar do assunto e marca a reflexão do próprio campo das Ciências Sociais.